

O protesto das duas mil famílias de colonos expropriadas pela Itaipu Binacional, para dar lugar às águas

RICARDO KOTSCHO

"A indenização não satisfará, seja ela qual for. De qualquer maneira, os lavradores sairão daqui magoados; afinal, estão deixando não só suas terras, mas uma história que eles escreveram com suor durante trinta anos no Oeste do Paraná" (dom Domingos Wisniewski, ao encerrar um encontro com colonos em Santa Helena).

São em sua maioria descendentes de europeus, que subiram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em busca de terras planas e férteis, têm um sotaque ainda carregado e uma aparência saudável, lutam para manter um padrão de vida e respeitável patrimônio — características que os diferenciam dos demais movimentos populares brotados nestes últimos anos no Brasil.

Por isso, também, é maior sua capacidade de resistência. O protesto das duas mil famílias de colonos expropriados e ainda não indenizados pela Itaipu Binacional completa duas semanas amanhã, sem que se notem no acampamento armado no trevo de Foz de Iguaçu, que dá acesso ao canteiro de obras, sinais de fraqueza ou cansaço.

Este original movimento, que se autodenominou "Justiça e Terra", reivindica basicamente preços justos pelas suas propriedades que serão alagadas para a formação do reservatório de Itaipu entre setembro e novembro do próximo ano, mas não só isso. E que o reservatório cobrirá 1.800 quilômetros quadrados (mil no Brasil, oitocentos no Paraguai), numa faixa de 200 quilômetros de comprimento por 8 de largura, entre Foz de Iguaçu e Guaira, na bacia do Paraná, exatamente onde se localizam algumas das terras mais férteis do País.

O que os colonos exigem nesta sua luta, que já dura mais de cinco anos, é que o governo lhes dê condições de permanecerem na região — uma região tão rica que nestes 100 mil hectares de terra o Brasil deixará de colher, quando as águas chegarem em 82, mais de 200 mil toneladas de alimentos por ano.

Para se entender a verdadeira obsessão destes colonos loiros em permanecerem nestas terras, no entanto, não basta citar cifras e preços, como deixou bem claro dom Wisniewski, antes de ler o Pai-Nosso no ritual dos encontros de agricultores do Sudoeste do Paraná. Esta é, acima de tudo, a história de amor por uma terra, um modo de viver em pequenas e médias propriedades rurais, onde as pessoas se conhecem e se ajudam, cenário que vai aos poucos desaparecendo da paisagem brasileira.

Mas, por trás dos números sempre fantásticos de Itaipu — a maior barragem do mundo, com 176 metros de altura, deztoito turbinas que, ao final da obra, em 1988, produzirão 12,6 milhões de quilowatts de energia, um gasto em concreto que daria para construir duzentos estádios do tamanho do Maracanã, etc — a funda ferida aberta pela construção da hidrelétrica deixou a nu o caos fundiário do Paraná.

Entre as oito mil famílias (seis mil nas zonas rurais) jogadas para o alto em sete municípios (Foz de Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Guaira e Terra Roxa), 1.800 são constituídas de posseiros, arrendatários, meeiros, ocupantes de terras tituladas mais de uma vez ou de faixas da Marinha (15 metros em projeção na costa do rio Paraná) e do extinto Serviço de Navegação da Bacia do Prata. Para estes colonos, o drama é ainda maior, pois, de repente, apareceram na região donos de documentos nunca vistos antes e que, quase invariavelmente, vencem as questões levadas à Justiça.

Um dos últimos marcos dos tempos faraônicos do "Brasil Grande", ao lado das usinas nucleares de Angra dos Reis, Itaipu é também um retrato dos contrastes do país oficial e do país real, ao mesmo tempo rico para gastar 10,3 bilhões de dólares (segundo os últimos cálculos de julho de 80, quatro vezes mais do que o orçamento aprovado pelo Congresso Nacional) numa hidrelétrica e impotente para prover com um mínimo de justiça e dignidade o reassentamento dos milhares de colonos atingidos pelas obras.

A reportagem da "Folha" percorreu na semana passada essa região rica e tumultuada, onde convivem a vida fervilhante de mais esta "obra do século" e a lenta agonia dos povoados e seus habitantes condenados pelo progresso irreversível.

Há 22 anos, tudo era uma aventura

Quando o lavrador Lindolfo Ferreira veio em um velho Mercedes de Rio do Sul, Santa Catarina, para Santa Helena, junto com seus pais e nove irmãos, um caminhão do DER teve que rebocá-los até as margens do rio São Francisco Verdadeiro, tão ruim era o caminho. Isso foi há 22 anos e Santa Helena só tinha três casas.

Lindolfo tem hoje 37 anos, continua solteiro e vive de contar histórias do tempo em que sua família chegou a Santa Helena, enquanto Itaipu não decide o destino dele. Conformado, diz: "Mais dia, menos dia, vou ser obrigado a aceitar a proposta deles, porque vai ser mesmo tudo alagado. Eu não tenho saída. Se for para muito longe, o que receber vou gastar tudo na viagem. Se ficar por aqui, vou ter que trabalhar de servente como meus irmãos, porque nenhum de nós tem estudo, só sabemos trabalhar na roça."

Um trabalho que começou numa posse de doze alqueires de terra bruta e capoeira da, de onde os ingleses e holandeses tiravam madeira e erva-mate nativa no início do século. Ainda menino, Lindolfo ouvia histórias que falavam de uma certa Coluna Prestes, que expulsou os ingleses e holandeses de lá e queimou a ponte sobre o rio Paraná.

A família de Lindolfo ergueu primeiro um rancho coberto de capim e cercado de pau rachoado. "Depois, foi melhorando. A gente plantava milho e mandioca, pescava no Paranazão, caçava anta, veado, cateto, porco-do-mato. Tigre não caçava, não. Tinha medo. Todo mundo trabalhava das seis da manhã às seis da tarde. Depois das quatro da tarde, vinha tanto mosquito que a gente precisava tampar o rosto com um pano para poder trabalhar."

Em compensação, como ele diz, "tudo que plantava colhia". O problema eram as estradas, como até hoje: apesar de ser o 22.º município em arrecadação de ICM do Paraná, Santa Helena é um desses paraísos esquecidos pelo progresso. A febre da soja tornou o município ainda mais rico a partir de 75, mas antes o gado e a suinocultura já haviam criado algumas pequenas fortunas.

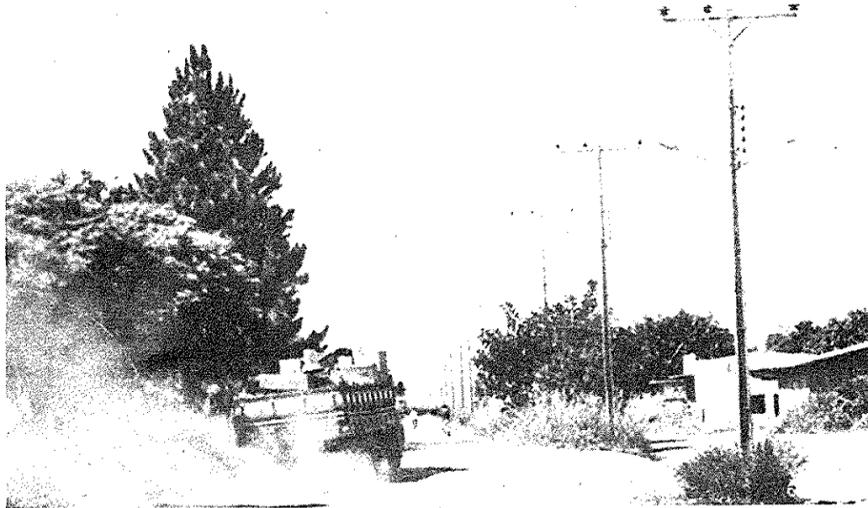
"No começo, o pessoal imaginava que Itaipu ia alagar tudo por aqui. Santa Helena parou. Ninguém mais queria comprar um lote, investir no município. Os homens de Itaipu chegaram aqui dizendo que iriam indenizar todo mundo em dois anos e, até agora, nada. Eles vêm com uma conversa e, depois, quando a gente vai ver, é tudo diferente", protesta Lindolfo Ferreira.

"TERRA VALE O DOBRO"

Ele diz que a empresa binacional lhe ofereceu uma indenização de 386 mil cruzeiros por alqueire, com benfeitorias. "A terra vale pelo menos o dobro, mas o que eu posso fazer? Meus irmãos já largaram a terra e a vida deles piorou muito. Vou ter que ir para o mesmo caminho..."

Lindolfo conta que no seu sítio de 6 alqueires, em Porto Santa Helena Velho, colhe 160 sacas de soja ou 240 sacas de milho por alqueire, sem utilizar adubo. "Em nenhum outro lugar do Brasil você consegue isso. Aqui você pode cavucar 20 metros de fundura que ainda dá para plantar feijão. Mandioca dá com seis meses e um pé dá para alimentar uma família."

Metade dos colonos já foi embora, a outra metade vai logo, logo. "Só vai ficar o povo rico, que tem dinheiro para comprar a terra dos outros", desabafa o colono.



Caminhões de mudanças, a nova paisagem de Santa Helena.



Dois meninas se dirigem para a escola de Vila Ipiranga, cuja professora faz milagres para mantê-la.

O mato cobre tudo, o que foi vida hoje é fantasma

Em Vila Alvorada, não resta mais quase ninguém para contar a história. Para quem vem do asfalto que liga Foz de Iguaçu a Curitiba, Alvorada é, ou melhor, era o primeiro povoado no caminho de terra de duzentos quilômetros até Guaira. Há quatro anos, antes mesmo de sair o decreto desapropriatório, a Itaipu Binacional começou a comprar: as casas, os armazéns, a farmácia, as serrarias, as olarias, as lojas de móveis e ferragens e, finalmente, quando não havia mais condições de subsistência no lugar, os sítios.

Agora, enquanto o mato vai cobrindo os restos mortais do posto de gasolina, as ruas e os esqueletos das casas, os únicos sinais de vida são os dois silos da firma Irmãos Puhl, o bar de Edésio Adamante, com suas prateleiras vazias, um grupo escolar e a casa de Otacilio Francisco Pereira, mineiro de Turmalina, dez filhos, guarda da Itaipu Binacional.

O guarda era meeiro, plantava algodão e milho desde que chegou de Minas, há onze anos. "Há muitos anos a gente ouvia falar que as águas iam cobrir tudo aqui, mas o pessoal não acreditava", conta Francisco Pereira, sem erguer os olhos dos maxixinhos que vai descascando para o almoço.

Um sobrinho do guarda, Bonifácio Francisco Pereira, moço de uns 20 anos, mais velho de sete irmãos, ouve as histórias e balança a cabeça. Sua família teve que ir embora, foram todos para São Paulo com o dinheiro da indenização, que acabou logo. Eles tinham um sítio, agora o pai é guarda noturno, um irmão é ajudante de caminhão, outros estão desempregados, como ele.

"Aqui era melhor, a gente tinha uma terra. Lá, é empregado..." lamenta-se Bonifácio. Otacilio sabe que as águas vão chegar, agora não tem mais dúvidas, mas não sabe quando. Ainda não tem destino, só de uma coisa tem certeza: "Para São Paulo é que eu não vou."

Irene Adamante, mulher do dono do bar, mãe de 4 filhos, que passa horas no balcão sem atender ninguém, também não sabe ainda qual vai ser o destino da família. Eles têm que entregar o bar até o fim de abril e também não se conformam de deixar Alvorada, onde possuíam lavoura de soja e milho.

SAUDADES DO BAILE

As filhas mais velhas lembram com saudade dos dois salões de baile, sempre lotados nos fins de semana, do mercadão grande onde se comprava de tudo. "Alvorada era uma beleza. Chegou a ter dois postos de gasolina, começaram a construir até um banco aqui. Outro lugar igual a esse, a gente não encontra. O povo todo unido, muita amizade", relembra dona Irene.

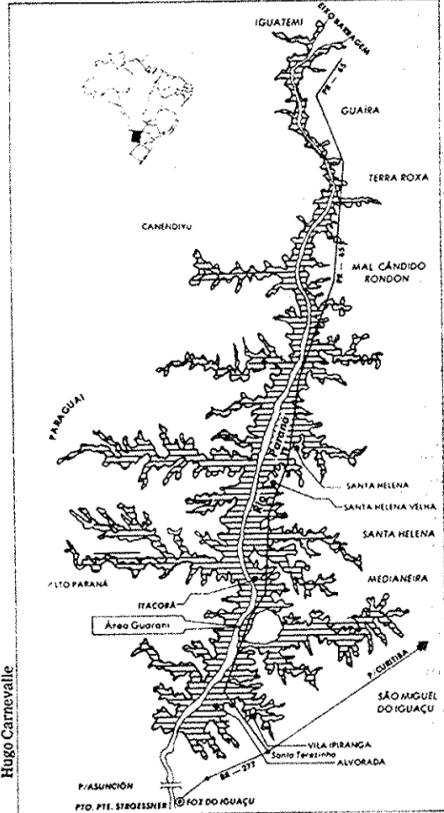
Desconfiada com estranhos, tem até medo de falar do futuro. "Fico pensando no que aconteceu com o alemão que era vizinho aqui, o Beick. Levou a família para Mato Grosso e só deram cabeçada na vida. Há três meses, eles voltaram, agora trabalham de empregados em Santa Terezinha, perto daqui."

Numa parede do bar, um folheto já velho de poeira insiste em anunciar "terras de 1.ª qualidade" na Gleba Maiká, no quilômetro 606, da rodovia Curitiba-Santarém. "Por que pagar mais caro?", indaga ironicamente o folheto, que certamente serviu de isca para o velho Beick.

Poucos quilômetros adiante, o mato cresce em torno da pequena igreja da Paróquia Santa Terezinha, que anuncia para ninguém missas todos os dias às 19h30. Aqui era a Vila Ipiranga e só resta a Escola Municipal Lageado Ipiranga, onde a professora Maria de Lourdes Natali faz milagres para dar aulas das quatro séries do primeiro grau, ao mesmo tempo, para as trinta crianças que sobraram no lugar.

"A gente não acredita que vão alagar tudo", diz a tímida professora, enquanto as crianças, de pé, olham assustadas para os repórteres, pensando que são "os homens da Itaipu". Um menino da primeira fila arrisca-se a dizer que "alguma ilha vai ficar e eu vou ficar nela".

Os caminhos de mudança sucedem-se na estrada poeirenta. Na Vila Itacorá, outra que está morrendo, o sol do meio dia esconde dentro das casas os poucos moradores que ainda não foram embora. Em frente ao Bazar Vera, as pessoas se despedem da família de Alceu Melvanger, que está se mudando para Foz de



No mapa, a região que será inundada.

Índios guaranis também terão de ser deslocados

CARLOS ALBERTO LUPPI

Mais de 300 índios guaranis habitantes das proximidades do rio Ocoi, no Paraná, já estão sendo afetados pela construção da hidrelétrica de Itaipu. A formação do lago da hidrelétrica — com um total de 1.400 quilômetros quadrados — inundará a terra indígena. Por causa disso, já por algumas vezes a Funai tentou fazer a transferência dos índios para outro lugar completamente diferente de sua terra original, a região do rio das Cobras e onde os índios não têm condições de sobrevivência. O protesto índio é geral contra a Funai e contra a Itaipu Binacional.

Tradicionalmente, estas 39 famílias de guaranis do grupo Nhandeva (Xiripá) sempre habitaram um local chamado Jacutinga, pouco abaixo da foz do Ocoi e todas as ações destinadas a desalojá-los em função da formação do lago da hidrelétrica são consideradas inconstitucionais e contrárias ao Estatuto do Índio, segundo denúncias formuladas esta semana pelo Conselho Indigenista Missionário, Regional Sul.

As terras do grupo guarani do Ocoi se enquadraram na categoria de "terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas" e, portanto, são "terras indígenas" conforme o artigo 17 do Estatuto. As terras deste tipo se refere ainda o capítulo 2, título 2 daquele Estatuto bem como os artigos 4.º, 4 e 198 da Constituição. Portanto, estas terras são "bens inalienáveis da União" cabendo "aos índios ou silvícolas a sua posse permanente" e "o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes".

Uma vez que estas terras são de posse indígena, a elas se aplicará o parágrafo 3.º do artigo 20 do Estatuto do Índio que claramente diz: "Somente caberá remoção de um grupo tribal quando de todo impossível ou desaconselhável a sua permanência na área sob intervenção, destinando-se à comunidade indígena removida, área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas." O parágrafo 4.º do mesmo artigo 20 é também claro: "A comunidade indígena removida será integralmente ressarcida dos prejuízos decorrentes da remoção."

"Fica evidente, pela letra da lei — diz o Cimi — que a União comete atitude ilegal e ilícita contra o grupo guarani do Ocoi, primeiro por executar sua transferência sem que isso tenha sido determinado por um decreto presidencial; segundo, porque não se lhe destina outra área de terras equivalentes à área a ser inundada e terceiro, porque não se lhe indeniza pelos prejuízos decorrentes dessa transferência."

Na realidade, a situação dos índios guaranis do Ocoi piora ainda mais com a construção de Itaipu. Esse grupo indígena, desde 1953 vem sofrendo agressões e transferências forçadas. Uma delas, feita de qualquer maneira pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios — SPI — levou inúmeros índios a morarem junto aos Mbíá-Guarani de Rio das Cobras — cem Laranjeiras do Sul. Houve então grande número de casamentos entre índios destes dois grupos. Posteriormente, a maioria dos guaranis do Ocoi retornou a seu lugar de origem, alguns permaneceram no rio das Cobras e alguns mudaram-se para Mangueirinha.

Retornando ao seu lugar de origem, no Ocoi, à sua antiga e tradicional aldeia onde está o cemitério de seus antepassados, os guaranis mantinham respeitadas suas terras entre a rodovia estadual Santa Helena-Alvorada e o Rio Paraná. A paz acabou logo pois soldados armados invadiram suas terras e os expulsaram, o mato foi derrubado e suas terras ocupadas por plantações de soja e milho. Essa ação policial fez com que muitos índios fugissem para o Paraguai de medo da polícia brasileira. Agora, o lago da hidrelétrica de Itaipu os ameaça irremediavelmente.

Jornal paraguaio diz que Itaipu comete injustiça

Das agências

ASSUNÇÃO — O jornal independente "ABC Color" disse em sua edição de sexta-feira, comentando as reivindicações dos colonos brasileiros, que querem justas indenizações por suas terras, que "a Itaipu Binacional está fazendo um jogo pouco honorável e nada justo".

Lembrando que as terras dos colonos serão inundadas pelas águas do rio Paraná, com a construção da represa, o jornal afirmou que na administração da hidrelétrica "há gente inclinada a fazer economia à custa dos bens alheios". Ressaltou que a situação dos colonos tem merecido grande destaque no Brasil.

Iguaçu, levando, além dos móveis, meia dúzia de porcos e galinhas, lembrança do seu tempo de colonos.

RUMO AO DESCONHECIDO

João Tavares, o dono do bazar, diz que "está chegando o dia, mas eu ainda não sei para onde vou". Diariamente, ele vê passar de cinco a seis mudanças pelo seu comércio, os fregueses vão rareando, o estoque envelhece. "Com o que Itaipu está pagando, quem tinha dez alqueires só pode comprar cinco. Eu mesmo tive que botar 500 mil cruzeiros em cima para comprar uma terra pior do que a eu tinha antes", diz Vitorio Lipski, 48 anos, 10 filhos, há oito anos em Itacorá.

"Itacorá chegou a ter 6.200 eleitores em '76, hoje não tem mil", constata João Tavares. "A maioria se lascou aí para cima. Uns já voltaram de Mato Grosso e continuam passando fome." Já fechou o hospital, fechou a agência do Bradesco, não há mais restaurantes, nenhum médico, nenhum dentista. As pessoas já nem se lembram do nome do cinema (depois, um velho conta que era Nossa Senhora Aparecida) e do time de futebol.

Na estrada, rumo a Santa Helena, a mulher de sombrinha puxa o filho para perguntar ao fotógrafo: "Batendo foto da despedida da capela de Itacorá?... Tudo é despedida, fim de feira. Quando as águas chegarem muitos vão morrer pela segunda vez: nem os cemitérios serão perdoados."

Em Santa Helena Velha, um menino loirinho de uns oito anos, brinca perto do cemitério onde estão enterrados seu pai, que morreu de ataque de coração, e a mãe, que morreu de tétano. "Os parentes das pessoas enterradas na área do futuro lago podem procurar Itaipu para providenciar a remoção", garantia Paulo Cunha, diretor jurídico adjunto da empresa, em 79. A Itaipu havia acertado com as prefeituras uma forma de remoção das ossadas humanas. Ocorre que seus parentes, a esta altura, já estavam bem longe daí, tentando recomeçar a vida em outras terras e os cemitérios continuam intocados à espera das águas.

Aqui se costuma contar a história de um velho de quem já não lembram o nome, só o seu drama. Ele tinha um moinho movido a água e alguma plantação. Atrás do moinho, junto à queda d'água, havia milhares de andorinhas e ele não queria ir embora, mesmo depois de vender a terra e receber a indenização, com medo de que as águas chegassem de noite e as andorinhas não tivessem tempo de fugir.

"PIOR QUE MALANDRO"

Dividindo seu tempo entre o acampamento de Foz de Iguaçu e a sua terra de 16 alqueires em Santa Helena, onde cria seus nove filhos, o posseiro Valdivino da Silveira, 47 anos, há trinta na região, vai receber, no máximo, 50 por cento do que vale seu sítio — a outra metade fica com o proprietário que tem os papéis. Valdivino chegou a fazer o acordo com Itaipu, foi ver terras no Pará e em Mato Grosso, fechou negócio, mas teve que desfazer-lo porque a empresa binacional atrasou o pagamento.

"Conversar com esses homens de Itaipu é pior que conversar com gente malandra. Eles não cumprem a palavra", desabafa Valdivino da Silveira. "Nós não queremos roubar, nem matar, mas só defender a nossa terra." Uma terra de tão boa, lembra o posseiro, que já provocou a morte de um vizinho e ferimentos em outros dois, quando lutavam por ela em 57 com jagunços do ex-governador Moisés Lupion. "Eles chegaram aqui de noite querendo tomar as nossas terras e nós fomos obrigados a reagir", explica.

Valdivino teve sorte de não levar nenhum tiro, mas, a conselho de um advogado foi se refugiar na Argentina durante nove meses, para não ser morto pelos jagunços de Lupion. Agora, suas terras serão inundadas e ele teme pelo futuro da família. Todos aqui, de repente, ficaram com medo do futuro, do tempo em que Santa Helena vai virar uma península banhada pelas águas do Paranazão — o rio que trouxe esses colonos para cá vindos das terras acidentadas do Sul e agora vai tomar suas terras férteis, suas plantações de soja, milho, trigo, fumo, hortelã, feijão, mandioca, suas casas, paióis, currais e seu passado de lutas, algo que não tem dinheiro nem adubo que compense, como diz o posseiro.